

Público

Suplemento

13-09-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

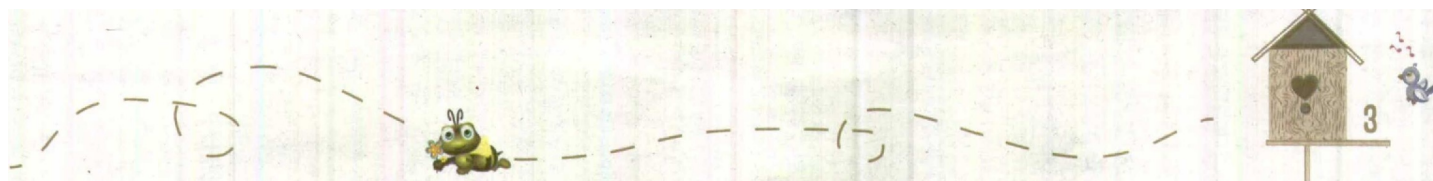
Tiragem: 46948

Temática: Educação

Dimensão: 807

Imagem: S/PB

Página (s): 3



**SIPE Sindicato Independente de Professores e Educadores**

## Lutando em prol do rigor e da excelência educativa

Nascido na cidade do Porto, pela vontade de oito mulheres, amostra daquela que é a grande força da docência em Portugal, o Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), assume-se como "um sindicato diferente", na base da autonomia, das amplas visões do sector e de uma profunda dedicação aos seus associados. Júlia Azevedo, presidente, e Rosa Maria Sá, vice-presidente, no SIPE desde a primeira hora, são os rostos da nossa entrevista.

O Sindicato Independente de Professores e Educadores defende a bandeira da independência e da liberdade, que, apesar de alguns préjuízos, traz muitos benefícios. O sindicalismo precisa de estar afastado do poder político para a sua necessária renovação, mas a existência dos sindicatos não pode ser questionada. Mal de nós se um dia o sindicalismo deixar de existir", começa por afirmar a presidente, Júlia Azevedo, referindo que o SIPE abarca docentes de todos os graus de ensino, sob o princípio da defesa de uma só carreira, a de ser professor. "À luz da nossa missão reivindicativa, achamos fundamental o tratamento individualizado das questões dos nossos associados, ao nível do aconselhamento jurídico, do apoio nos concursos de professores e da vertente formativa", acrescenta. O SIPE possui um centro de formação próprio, protocolado com a tutela, que garante a realização dos cursos obrigatórios por lei, para além de outras acções formativas, decorrentes das necessidades detectadas, em todo o país. "Disponibilizamos um conjunto alargado de benefícios, através de protocolos que estabelecemos com entidades de todos os sectores de actividade. Contamos com cerca de seis mil associados, distribuídos por todo o território nacional, que podem contar com o nosso apoio, não só na Sede Nacional, no Porto, onde nascemos, mas também em Barcelos, Braga, Madeira, Póvoa de Varzim, Santarém e Viana do Castelo", revela Júlia Azevedo. "Uma das mais-valias do SIPE, enquanto interlocutor da classe, é a faceta da responsabilidade social assumida pelo sindicato, uma área estratégica que se desdobra num projecto oportunamente criado - o SIPE Coração - que presta apoio aos professores, educadores e suas famílias, em caso de necessidade, na base de uma rede solidária.

### ES EM CIMA DA MESM

"A nossa principal preocupação é o desemprego, que afecta, actualmente, mais de 35 mil docentes. Não o podemos ver como um acto isolado, porque os seus efeitos vão alargar-se às famílias e ao país", lamenta Júlia Azevedo. A vice-presidente, Rosa Maria Sá, atesta que "o desgaste que se tem vindo



Júlia Azevedo, Presidente, e Rosa Maria Sá, Vice-Presidente

a acumular, nomeadamente com a carga horária dos professores, vai fazer-se sentir na qualidade do ensino. Existe uma crescente desresponsabilização por parte dos alunos e dos encarregados de educação, que não se coaduna com a melhoria do ensino. Em vez da desejada inclusão, estamos a caminhar no sentido inverso, baixando a exigência e prejudicando, assim, os alunos, que dificilmente conseguem entrar nas faculdades".

As nossas entrevistadas defendem a necessidade de valorização dos professores e educadores, dotando-os de ferramentas para superar os constantes desafios que se colocam ao exercício da carreira docente, bem como a luta pela escola pública e de qualidade. Existem, no entanto, questões pendentes que não contribuem para que este objectivo seja atingido na plenitude. "O modelo de avaliação de professores que foi implementado pelo anterior Governo era de tal forma burocrático e pesado que

os professores passam mais tempo a competir - porque gera concorrência - e a discutir-lo, em vez de se dedicarem à sua missão principal que é preparar os alunos", afirma a presidente. Rosa Maria Sá apresenta uma outra questão, fundamental para o SIPE, que é a alteração do modelo de gestão. Hoje em dia, é o director da escola que nomeia os coordenadores, que, posteriormente, são avaliados por este, uma prática que desvirtua o princípio da imparcialidade. O SIPE defende que os directores das escolas e os órgãos de gestão intermédia sejam eleitos directamente, em sede de Conselho Geral, para aportar mais transparência ao processo, que incorre num círculo vicioso.

"Em termos da avaliação do desempenho docente, estamos muito decepcionados com o actual Governo. O processo em si está muito melhor e mais simplificado, mas continuam outros aspectos negativos que antes nos fizeram reivindicar - a ma-

nutenção das quotas e vagas, o modelo de gestão implícito, já referido, e a implicação da avaliação nos concursos, para além dos resultados dos alunos se reflectirem na avaliação dos professores", assegura Júlia Azevedo, deixando uma ressalva: "Concordaríamos com este último ponto se o ensino em Portugal fosse diferente, sob a égide da responsabilização de todos os agentes envolvidos no processo educativo, nomeadamente os encarregados de educação". Rosa Maria Sá defende que os parâmetros da avaliação devem ser de âmbito nacional e devidamente explicitados. Uma outra situação perversa é a que está relacionada com o facto de as quotas serem actualmente definidas a nível de agrupamento e de o seu número depender da avaliação externa do mesmo, o que pode abrir as portas a injustiças decorrentes das disparidades verificadas na consequente avaliação dos professores. "Propusemos um modelo de avaliação misto, interno e externo. Ainda não sabemos como é que vai ser o modelo do Ministério da Educação e Ciência (MEC), mas defendemos que a nível externo deve ser constituído por uma equipa de professores com formação específica para a área que vai avaliar e com um mínimo de 15 anos de experiência. Depois do conhecimento de tantos professores e formas de ensino, no fim terá como missão fazer seminários, debates e trabalhos para fomentar as boas práticas pedagógicas", avança a vice-presidente, Rosa Maria Sá. "Ao nível da avaliação interna, não concordamos de qualquer forma com o modelo proposto pelo MEC. Qual é a legitimidade de haver avaliação entre pares, sendo que todos possuem as mesmas habilitações profissionais? A única forma de legitimar a posição dos avaliadores, era elegê-los democraticamente" na certeza de que só uma posição una, clara e inequívoca por parte de todos os docentes poderá resultar no tão desejado sucesso. "O SIPE encontra-se disponível para negociar com o Ministério da Educação. Não vamos, no entanto, abdicar dos nossos princípios e reivindicações e estamos prontos para desencadear acções necessárias para ver cumpridas as promessas eleitorais," finaliza Júlia Azevedo, presidente.

